



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 027/2025 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - LDO 04 DE JUNHO DE 2025

Aos quatro dias do mês de junho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 19:00h (dezenove horas), no Plenário da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, situado na Rua Manoel Borba, 298, Centro, reuniu-se em Audiência Pública, a Comissão de Finanças e Orçamento, em obediência ao disposto no Art. 59, Parágrafo único, Inciso I, do Regimento Interno, para discussão do Projeto de Lei nº 027/2025, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências”. Os cidadãos foram comunicados por meio de publicação no site da Câmara, faixa colocada em local de grande movimento e visibilidade, além de anúncio através de carro de som por toda a cidade. Foram enviados convites às autoridades competentes. A Audiência foi transmitida ao vivo pelo canal da Câmara Municipal de Américo Brasiliense no YouTube, com a possibilidade de interação em tempo real pelo chat. Disponibilizou-se ainda, a possibilidade de participação de interessados presencialmente, via WhatsApp, pelo número (16) 99793-3617. A presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereadora Rogelma Mascarenhas, **declarou aberta os trabalhos da 1ª Audiência Pública** que esta Comissão está realizando em 2025, para discutir o Projeto de Lei nº 027/2025, do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências”. Informou que o Edital foi publicado no dia 19/05/2025, no Diário Oficial do Município, o projeto disponibilizado no site da Câmara Municipal de Américo Brasiliense (www.americobrasiliense.sp.leg.br) e os convites para as autoridades interessadas na realização desta Audiência Pública foram remetidos também em 22/05/2024, que serão realizadas duas audiências públicas para esta discussão, sendo a primeira hoje, 04 de junho, às 19h e a segunda no dia 17 de junho, às 15h e que foram convidados para esta Audiência o Prefeito Municipal, chefes e diretores de Departamentos, representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo de Américo Brasiliense, do Tribunal de Contas de Araraquara e do Poder Judiciário de Américo Brasiliense, bem como toda a sociedade ameriliense e os Nobres Pares desta Casa de Leis. Cumprimentou a todos os integrantes da Mesa, os Vereadores e a todos os presentes, bem como aqueles que acompanham pelo Canal da Câmara Municipal no Youtube e ressaltou que os interessados em fazer uso da palavra poderão solicitar presencialmente, enviar suas dúvidas e sugestões através do número (16) 99793-3617 – WhatsApp – áudios ou textos que serão aqui lidos e divulgados para discussão e reflexão. Informou que aqueles que enviarem mensagens serão automaticamente inscritos na lista de uso da Tribuna Virtual que se encontra sob os cuidados da servidora do Legislativo. Destacou ainda que, esta Câmara Municipal está recebendo sugestão da população através de formulário que está disponível no site, que lá os interessados poderão escrever suas contribuições para o orçamento público do ano de 2026 e que tudo isso vem sendo realizado com o objetivo de aproximar a população da Câmara e do Executivo Municipal. Dito isto, iniciou as discussões sobre o Projeto. Logo após, a Presidente da Comissão cedeu o uso da palavra para a Procuradora da Câmara Municipal, Dra. Dayane Aparecida Fanti Tangerino, que elaborou uma apresentação pedagógica sobre o funcionamento das peças orçamentárias, explicando os seguintes pontos: Peças Orçamentárias: Plano Plurianual (PPA): planejamento de médio prazo para os próximos quatro anos (2026 a 2029); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): define metas e prioridades que nortearão a Lei Orçamentária Anual



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

(LOA); Lei Orçamentária Anual (LOA): estima receitas e fixa despesas para o exercício de 2026; A nova Lei nº 14.133/2021, que trata das contratações públicas, também passa a integrar a base normativa. Foram analisados os anexos e as projeções orçamentárias da receita estimada para 2026: R\$ 185 milhões; para 2027: R\$ 196,1 milhões; para 2028: R\$ 207,86 milhões; Desse total, aproximadamente R\$ 45 milhões são de arrecadação própria e R\$ 139 milhões provêm de transferências estaduais e federais, o que revela a elevada dependência do município de recursos externos (cerca de 80%). Foi reforçada a importância de se manter o equilíbrio entre arrecadação e despesas, destacando que qualquer proposta legislativa que implique em renúncia de receita deve vir acompanhada de medidas compensatórias. A Procuradora da Câmara encerrou sua apresentação reforçando o papel da Câmara Municipal na fiscalização e aprovação das peças orçamentárias, e colocou-se à disposição, juntamente com os diretores presentes, para esclarecimento de eventuais dúvidas dos parlamentares ou da população. A Presidente Rogelma agradeceu a explanação, abriu espaço para manifestações e reiterou a importância da participação popular no processo de elaboração do orçamento municipal. O Vereador Diego Viveiros iniciou sua fala agradecendo a senhora Presidente e os demais vereadores, e destacou a importância da reflexão feita pela Procuradora Jurídica da Câmara, Dra. Dayane, sobre a necessidade de Américo Brasiliense planejar seu desenvolvimento econômico e reduzir a dependência de repasses intergovernamentais. Ressaltou que oscilações na economia nacional impactam diretamente o município, o que exige ações voltadas à atração de empresas e fortalecimento do setor produtivo local. Mencionou a visita recente do Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico como um sinal positivo de possíveis avanços. Também elogiou a participação dos diretores municipais na audiência, apontando melhorias em relação aos anos anteriores, e enfatizou o papel pedagógico da Dra. Dayane ao explicar o funcionamento das peças orçamentárias, especialmente a LDO como ponte entre o PPA e a LOA. Encerrou reforçando a importância do planejamento e da participação popular no processo orçamentário, convidando a comunidade a utilizar os canais de comunicação da Câmara para enviar sugestões. A Presidente agradeceu a presença do senhor Vice-Prefeito e logo em seguida passou a palavra para o Diretor Administrativo, Dr. Márcio Barbieri, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacou a relevância das falas da Procuradora Dra. Dayane e do vereador Diego sobre o planejamento orçamentário, ressaltando que os Tribunais de Contas têm cobrado dos municípios um planejamento mais efetivo e executável, como evidenciado pela exigência do Plano Anual de Contratações pela nova Lei de Licitações. Alertou para a necessidade de pensar no futuro de Américo Brasiliense, considerando o aumento da demanda por serviços públicos sem o correspondente crescimento da geração de riqueza. Observou que houve uma inversão nas principais fontes de receita do município, com o FPM superando o ICMS, o que indica perda de dinamismo econômico. Explicou que a dívida consolidada líquida projetada para 2026 é de aproximadamente R\$ 8,7 milhões anuais, e a dívida total atual gira em torno de R\$ 26 milhões, valor ainda considerado controlado. Detalhou a composição da dívida de longo prazo, incluindo precatórios, parcelamentos de INSS, multas da Receita Federal e dívidas com a CPFL. Diferenciou a dívida pública da dívida ativa municipal, esta última estimada em R\$ 45 milhões a receber, dos quais cerca da metade tem baixa probabilidade de recuperação. Por fim, mencionou a proposta de securitização da dívida ativa como alternativa para ampliar a arrecadação e aliviar as finanças municipais. Complementou sua fala ressaltando a necessidade de o município realizar uma reavaliação dos bens patrimoniais, pois atualmente não há uma estimativa precisa do valor total de seu patrimônio, tanto de bens imóveis quanto móveis. Informou que, conforme consta em anexo, o patrimônio registrado é de aproximadamente R\$ 165 milhões, valor considerado subestimado diante da quantidade de prédios, escolas, unidades de saúde, veículos e equipamentos pertencentes ao município. Enfatizou que será necessário um esforço da administração para atualizar esses dados, a fim de refletirem a realidade patrimonial de Américo Brasiliense. O Vereador Diego Viveiros retomou



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

sua fala, e fez um breve apontamento direcionado ao Poder Legislativo, destacando a importância de atenção às orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quanto à aplicação das emendas impositivas ao orçamento, de iniciativa dos vereadores e previstas na Lei Orgânica do município. Relatou que participou do ciclo anual de debates promovido pelo Tribunal, realizado em Ibitinga, e se surpreendeu com a manifestação do presidente da Corte, que indicou que o TCE já vem adotando um posicionamento mais específico sobre o tema. Sem entrar em detalhes, ressaltou que o objetivo do Tribunal é evitar que a aplicação das emendas ocorra de forma aleatória ou inadequada. Por fim, sugeriu que a Câmara, com o apoio da Procuradoria Jurídica, busque seguir corretamente essas orientações para garantir o melhor encaminhamento possível. A Procuradora da Câmara retomou sua fala, destacando a importância de regulamentar a aplicação das emendas impositivas no município, ressaltando que, embora Executivo e Legislativo já reconheçam a relevância dessas emendas como instrumento legítimo para atender às demandas da população, ainda há uma lacuna quanto à sua operacionalização. Defendeu a criação de um regramento específico que oriente os vereadores sobre como apresentar e acompanhar suas emendas, ao mesmo tempo em que assegure ao Executivo condições adequadas para executá-las. Informou ainda que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já emitiu orientações nesse sentido e que, provavelmente, a partir do próximo exercício, cobrará do Legislativo a adoção de medidas formais para atender a essas determinações. A procuradora acrescentou, em resposta a questionamento sobre o terceiro setor, que não houve mudanças recentes nas normas legais, além da Lei nº 13.019/2014, mas que o Tribunal vem reforçando a fiscalização sobre repasses para organizações da sociedade civil, devido ao volume significativo de recursos públicos destinados a essas entidades. O Dr. Márcio acrescentou a fala da Procuradora da Câmara, dizendo que a Prefeitura já iniciou internamente um processo para regulamentar as emendas impositivas, com tratativas em andamento com a Procuradoria da Câmara. Explicou que, conforme orientações do Tribunal de Contas, será necessário estabelecer critérios técnicos prévios para apresentação dessas emendas, como a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Destacou que emendas que não estejam previstas nesses instrumentos ou que sejam inviáveis tecnicamente não poderão prosseguir. Defendeu ainda a definição de um valor mínimo por emenda e um limite de quantidade por vereador, visando à viabilidade da execução orçamentária, pois a pulverização em pequenas emendas dificulta o cumprimento pelo Executivo. Por fim, reforçou que as emendas devem atender ao interesse público, conforme previsto na legislação orçamentária, e não podem ser baseadas apenas em decisões individuais ou casuísticas. A Procuradora da Câmara ressaltou que, conforme o comunicado do Tribunal de Contas, será necessário um aparelhamento mínimo da Casa para dar suporte técnico às emendas impositivas apresentadas pelos vereadores, já que cada proposta deverá conter uma análise prévia de viabilidade técnica e orçamentária. Ela destacou que atualmente a Câmara não dispõe de setor técnico específico para isso, o que pode impedir vereadores de apresentarem suas emendas sem esse apoio. Por isso, sugeriu a contratação temporária de profissionais para instruir adequadamente os pedidos e garantir que as emendas estejam alinhadas aos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA). Comentou também sobre a necessidade de estabelecer um valor mínimo para as emendas — sugerido entre R\$ 25 mil e R\$ 30 mil — e limites por vereador, para evitar a fragmentação que dificulta a execução pelo Executivo. A procuradora ainda enfatizou o apelo para que as emendas possam ser utilizadas para custeio dos serviços de saúde já existentes, dada a restrição orçamentária do município, e ressaltou a importância de um diálogo mais alinhado entre Legislativo e Executivo, para que as demandas da população sejam atendidas ou tenham uma resposta clara, reforçando que a emenda impositiva surgiu da necessidade de dar mais atenção a essas demandas, melhorando a relação política e administrativa entre os poderes. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereadora Rogelma convidou as pessoas presentes e os demais



Câmara Municipal de Américo Brasileiro

que acompanham para a próxima audiência, que ocorrerá no dia 17 de junho, às 15 horas. Solicitou que quem viesse, traga suas sugestões ou que as façam pelo site. Agradeceu a todos os presentes e aqueles que acompanharam e contribuíram virtualmente. Declarou encerrada a audiência.

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento: _____

[Assinatura]